

CONVÊNIO ACADÊMICO



CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA

Rua Riachuelo, 217 – Centro -- 05002-070 São Paulo/SP – Brasil



Projeto “Memória da Constituinte (1987-1988)”

Depoimento:

CARLOS CHAGAS

Equipe de Pesquisa

Antônio Sérgio Rocha (DCS/Unifesp) - coordenador/editor

Daniel Menezes (Direito/Mackenzie) – coordenador adjunto

Ademar Seabra da Cruz Junior (MRE/Itamaraty)

Andrei Koener (DCP/Unicamp)

Bernardo Ferreira (DCS/UERJ)

Cicero Araujo (DCP/USP)

Eduardo Noronha (DCS/UFSCar)

Jefferson Goulart (DCH/UNESP)

Nascido em Três Pontas (MG) em 1937, Carlos Chagas ingressou no curso de Direito da PUC-RJ em 1956. No ano seguinte, após breve estágio no Jornal do Brasil, começou a trabalhar na reportagem geral de O Globo. Em 1960, dedicou-se à cobertura da campanha de Jânio Quadros, acompanhando a sua comitiva por várias cidades do país. Em 1961, após a conclusão o curso de direito, advoga para presos políticos que cumpriam pena no presídio de Ilha Grande (RJ). Presta concurso para promotor público, sendo designado para o município de Mendes (RJ), depois transferido para São João da Barra (RJ). Em 1962, abandona a carreira jurídica, optando por ser editor político de O Globo, no qual permaneceu até 1969. Além disso, estreia um programa noturno na TV Rio e trabalha no palácio Guanabara, como Secretário de Imprensa do então governador Negrão de Lima. Entre maio e agosto de 1969, foi Secretário de Imprensa do Presidente da República Costa e Silva e, de agosto a outubro, da Junta Militar. No final do ano, incentivado por Roberto Marinho, dá início a uma série de 20 reportagens, publicadas no Globo e no jornal O Estado de São Paulo (OESP), sobre o período da doença de Costa e Silva. Em 1970, ganha um Prêmio Esso de Jornalismo, publicando o livro 113 dias de angústia, que teve a sua circulação proibida uma semana depois de lançado. Passa a escrever na revista Manchete e, em 1972, ingressa na sucursal do jornal O Estado de São Paulo em Brasília; outros dezoito órgãos da imprensa publicariam seus trabalhos, com base na distribuição da Agência Estado. De 1973 a 1976, colabora com o jornal Última Hora, e em 1975 publica Resistir é preciso, coletânea de artigos escritos entre 1972 e 1974. Em 1977, é indiciado num Inquérito Policial Militar, pela notícia sobre risco de febre amarela na UnB, depois arquivado pela Justiça Militar. Torna-se professor do Departamento de Comunicação da UnB em 1978. Em 1979, seu livro 113 dias.. é liberado para a circulação, sendo reeditado pela LPM. Em 1985, publica A guerra das estrelas, relato das sucessões presidenciais militares. Em 1988, demite-se do OESP, por discordância com a nova geração dos Mesquita. Ao deixar esse jornal, passa a dirigir a sucursal da Rede Manchete de TV, tornando-se responsável pelos comentários políticos da rede e da revista Manchete. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1995. Faleceu em 2017.

“Jurilas” e as Constituições dos militares

Quando os militares tomaram o poder, foi uma zona total: uma bagunça e tanto. Primeiro, criaram um Ato Institucional que não tinha número, presumindo-se que seria o único – mas que depois virou o AI-1. Em seguida, Castello Branco começou a fazer Atos Complementares aos montes.¹ Dana a fazer decretos-lei e a mandar emendas constitucionais ao Congresso Nacional. Emasculado, o Legislativo aprovava todas aquelas emendas. Com isso, a Constituição de 1946 ficou esfaçalhada, cortada em vários artigos. Começou então, entre os próprios militares, uma discussão de que o país necessitava de uma nova Constituição, no que eram endossados pelos segmentos mais liberais dentro do governo Castello: Luiz Vianna,² Daniel Krieger,³ Pedro Aleixo.⁴ Segundo eles, fazendo uma nova Constituição punha-se fim ao arbítrio, acabando o poder dos militares fazerem qualquer coisa no momento que quisessem. O próprio Castello ficou favorável àquilo e anunciou: “Vamos fazer uma nova Constituição. Vou culminar minha obra de governo com isso”.

Dizem que Castello então perguntou ao Milton Campos⁵ como é que se fazia uma nova Constituição. E ele respondeu: “Bom, convocando uma Assembleia Nacional Constituinte”. Castello diz: “Convocar uma Assembleia Constituinte, de jeito nenhum: porque a oposição pode ganhar e vão fazer a Constituição do jeito que quiserem” -- porque aí os militares já estavam em baixa na opinião pública”. “Bom, tem outro jeito: é o senhor outorgar uma Constituição. O senhor redige uma nova Constituição, igual à de 1937, publica no *Diário Oficial*, outorga e ponto final”. “Isso é coisa de ditador, isso eu também não faço”. Ficou aquele impasse.

Mas estamos no Brasil, e o Brasil está sempre inventando coisas novas. Alguém muito amigo dele, Paulo Sarasarte,⁶ senador pelo Ceará, sempre inteligente, disse ao Castello: “Existe o Poder Constituinte original. E existe o

Poder Constituinte ditatorial. Mas existe também o Poder Constituinte derivado. O senhor pode fazer o seguinte: baixar um ato institucional transformando o Congresso Nacional, que está em final de mandato e com vários parlamentares cassados, numa Assembleia Nacional Constituinte. E o senhor manda para esse Congresso um Anteprojeto de Constituição. Estipula que o Congresso só poderia aprovar o Anteprojeto, de modo que o Brasil terá uma nova Constituição promulgada por um Congresso Constituinte. Essa é a solução que vejo”. E Castello baixou o Ato Institucional nº 4,⁷ estabelecendo o prazo de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967 para a votação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional.

“JURILAS” E CONSTITUIÇÕES AUTORITÁRIAS

Em 1937, quando o Getúlio Vargas foi dar o golpe, apoiado pelos militares, seu Ministro da Justiça era Francisco Campos, o Chico Ciência.⁸ Era um gênio – um gênio do mal, o gênio da ditadura. Chico Ciência fez a Constituição de 1937 em segredo, copiando as Constituições de países ditatoriais, no documento que foi apelidado de “a Polaca” -- porque, diziam, era calcada na Constituição ditatorial e direitista do marechal Pilsudski, da Polônia.

Em 1964, quando vem o golpe militar, o Comando Supremo da Revolução – Costa e Silva, Rademaker e Francisco Mello -- o “Mello Maluco”, como era chamado: porque ele, quando tenente, pegava o avião e passava embaixo de ponte; virou brigadeiro, mas continuou o Mello Maluco -- os três tomaram o poder, mas não sabiam o que fazer com o poder: “Somos contra a subversão e contra a corrupção!”. E toca a prender. Mas eles não sabiam direito o que fazer. Castello Branco ainda estava fora do poder. Tinha conspirado, mas era de outro grupo. Eles então, por recomendação sabe-se lá de quem, mandam procurar o Chico Campos, que estava velhinho e morava na praia do Flamengo, para dar uma institucionalização naquilo que tinha acontecido: um golpe militar, o

presidente fugiu etc. Chico Campos faz uma peça genial, o preâmbulo do AI-1: “Não é o Congresso que legitima a revolução; é a revolução que legitima o Congresso. Uma revolução cria o seu próprio Direito Constitucional.” Maldoso como o diabo, mas bem feito. Aí disseram: “Agora o senhor precisa fazer os artigos do Ato”. Ele diz: “Não, para os artigos do Ato, chama o Carlos Medeiros”. Medeiros também era um jurista de direita. No tempo em que o Chico Campos fez a Constituição de 1937, tinha que ter alguém para datilografar, já que Campos escrevia à mão. O datilógrafo foi o oficial de gabinete dele, um jovem advogado chamado Carlos Medeiros e Silva.⁹ Daí em diante, ele progrediu, foi ser um grande advogado, sempre de direita. A gente dizia que ele era um “jurila”: misto de jurista com gorila...

Castello Branco tornou-se Presidente da República e Carlos Medeiros, muito conceituado, inicialmente vira Consultor-Geral da República. Depois, Castello resolve nomeá-lo Ministro da Justiça. É Medeiros quem faz o anteprojeto de Constituição: um anteprojeto tão ruim, tão direitista, que não tinha sequer o capítulo dos direitos humanos. Me lembro de tê-lo entrevistado uma vez, quando então me disse: “Os direitos humanos, é para ser tudo em lei ordinária. A Constituição tem que ser só assim, vazia”....

Entre outubro-novembro de 1966, o Anteprojeto ficou pronto e Castello o remeteu ao Congresso Constituinte, já reunido sobre a presidência de Auro de Moura Andrade,¹⁰ então presidente do Senado Federal e que não era nenhum liberal. Costa e Silva já tinha sido eleito indiretamente pelo Congresso Nacional. E o que acontece? Ao receber o anteprojeto, Auro convocou as melhores figuras do Congresso para discuti-lo – os deputados Afonso Arinos,¹¹ Aliomar Baleeiro,¹² Daniel Krieger,¹³ Adauto Cardoso,¹⁴ Djalma Maranhão¹⁵ e o senador Milton Campos. Luis Vianna tinha sido eleito governador da Bahia, mas consta que deu alguns palpites ali. Josaphat Maranhão¹⁶ era presidente da Constituinte, com brilhante atuação, e o relator foi o Antônio Carlos Konder Reis.¹⁷

O problema é que o Ato Institucional n. 4, que havia convocado o Congresso Constituinte, em seu artigo 8º. dizia assim:

No dia 24 de janeiro de 1967 as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgarão segundo a redação final da Comissão, seja a do projeto com emendas aprovadas, ou seja o que tenha sido aprovado de acordo com o artigo 4º., se nenhuma emenda tiver merecido aprovação, ou se a votação não tiver sido encerrada até o dia 21 de janeiro.

Bom, mas aí o pessoal do Congresso confabula e reage: “Não vamos fazer nada. Vamos deixar correr o prazo e devolver esse projeto”. Mas aqueles parlamentares que tinham um pouco mais de tolerância ponderaram: “Não vamos fazer isso, não. Está escrito no AI-4 que nós podemos modificar o anteprojeto de acordo com o interesse nacional. Vamos então fazer uma outra Constituição, que seja muito melhor do que essa”. E passaram a trabalhar intensamente: trabalharam durante o Natal, trabalharam no Ano Novo. Brasília inteira ficou trabalhando na Constituinte, e disso resultou um texto grande, muito bom até. Só que ficou mais uma vez provado que papel aceita qualquer coisa: basta ter um lápis e escrever. Uma Constituição não basta ser escrita, tem que ser legitimada, tem que ter representatividade, tem que vir do povo. Não pode ser apenas uma folha de papel. Fizeram uma bela Constituição, com todos os direitos humanos, os mais modernos. Tinha autoritarismo? Tinha: ela foi calcada na Constituição francesa de Charles de Gaulle,¹⁸ de 1958/59. Tinha muita coisa ali da Constituição Francesa: um Executivo forte, senão os militares não aceitavam, porém com um avançado capítulo de direitos humanos, preservando os direitos das minorias.

“EM BRASÍLIA, 8 HORAS”

Durante da discussão do projeto de Constituição no Congresso, houve um episódio que parece piada – mas eu juro que é a mais pura verdade. Quando chegou o dia 21 de janeiro, na meia-noite do qual terminaria o prazo final de votação, às 8 h da manhã, Auro de Moura Andrade chama os principais líderes

que estavam lá, assim como o pessoal do MDB, e diz: “Eu tenho uma péssima notícia para vocês. Fiz uma série de cálculos hoje de madrugada e faltam votar tais e tais capítulos, tais artigos, tais emendas. Não vai dar tempo de terminarmos as votações até a meia-noite de hoje. Está perdido todo o nosso trabalho”. Bom, todo mundo fica triste, se lamentando, mas o Auro, que era muito esperto, falou assim: “Eu tenho uma solução: nós precisamos de mais 12 horas. Pelos cálculos que fiz, com mais essas 12 horas de trabalho, tudo estará votado. Como, então, fazer para termos mais essas horas?”. Auro então diz assim: “Seu José, vem cá!” -- seu José era o chefe dos contínuos do Congresso Nacional. “Que horas são?”. “São 8 horas da manhã, Excelência”. “Seu José, o senhor está errado, o senhor não está vendo que são 8h da noite de ontem?” “É mesmo, Excelência. São as horas que o senhor quiser”. E atrasaram os relógios do Plenário da Câmara dos Deputados, que era onde funcionava a Constituinte, em 12 horas... As emendas do Congresso ao projeto do governo foram votadas e a nova Constituição ficou pronta para ser promulgada. E os militares não estavam sabendo disso? Estavam: eles tinham instalado microfones em todo lugar; 15 minutos depois, avisaram ao Castello Branco, no Palácio do Planalto: “Os congressistas fizeram uma mutetra, eles atrasaram o relógio”. Castello disse assim: “O projeto deles é melhor do que o do Carlos Medeiros. Fica quieto, finge que não sabe de nada; deixa eles atrasarem o relógio e votarem”. E assim a nova Constituição saiu. Boa no texto, mas sem legitimidade nenhuma.

COSTA E SILVA E O PROJETO DE REDEMOCRATIZAÇÃO

Em fins da década de sessenta, eu era editor político do jornal *O Globo*, no Rio de Janeiro. Nunca tinha pensado em sair de perto do mar, nem mudar para Brasília. Mas veio o AI-5,¹⁹ que foi aquela coisa execrável, e começou a haver censura à imprensa. Antes de haver o Ato 5, o Presidente Costa e Silva com frequência mandava chamar os jornalistas, para uma conversa informal – como, antes dele, Castello Branco também chamava. Ninguém tinha de concordar com

eles, mas o papel do jornalista era registrar o que eles pensavam e o que eles falavam. Veio o AI-5 e Costa e Silva nunca mais chamou ninguém para conversar. Um certo dia, numa sexta-feira, já em maio de 1969, eu estava na redação de *O Globo* e um auxiliar, um oficial de gabinete do Costa e Silva, me chama e diz: “O Presidente está aqui no Palácio Laranjeiras e quer conversar”. Pensei: “Até que fim o homem resolveu conversar de novo. Vamos ver o que é”. E fui. Cheguei no Palácio Laranjeiras por volta das seis horas da tarde, tendo dito assim ao secretário de redação d’*O Globo*: “Não fecha a página, não, porque pode ter novidade. O Presidente nos chamou para conversar”. Cheguei lá na antessala e não tinha ninguém, só eu. De repente, o oficial de gabinete diz: “O Presidente está te chamando”. Eu digo: “Uai! Mas cadê os outros?!” E entrei. O Presidente começa a falar sobre a conjuntura e diz, entre outras coisas importantes, que ele não passaria à História como mais um general que simplesmente golpeou as instituições. E que ele ia acabar com o AI-5, para dar os primeiros passos no sentido da abertura política. Comecei a arregalar o olho e a gravar aquilo tudo na cabeça. O velho, que era esperto – ele não tinha grande cultura, mas tinha uma intuição muito grande -- olhou para mim e disse: “É, estou te falando isso tudo, mas você não vai publicar isso hoje, não”. Eu disse: “Ah, Presidente, mas como? Isso é uma coisa muito bonita, o senhor vai acabar com o AI-5”. Costa e Silva me contou então que ia convocar uma comissão de juristas para fazer um anteprojeto de reforma da Constituição de 1967 e que, depois de discutir aquilo, ele e Pedro Aleixo, seu Vice-Presidente, iriam reabrir o Congresso Nacional – lembrem que o Legislativo estava em recesso, fechado ditatorialmente – para receber e deliberar sobre o anteprojeto de Constituição. Eu fiquei na maior felicidade e disse: “Mas presidente, vamos publicar isso!”. Ele respondeu: “Não. Você não vai publicar nada hoje. Eu te chamei aqui porque você é conhecido pelos políticos, é respeitado e eu quero te convidar para ser o meu secretário de imprensa, o meu porta-voz, para dar essas notícias aos poucos, e não de repente, porque isso vai assustar os radicais”. E completou:

“Não precisa resolver agora. Volta aqui na segunda e me diz se você aceita ou não”. Era uma sexta-feira. Passei o pior fim de semana da minha vida. Eu tinha duas filhas pequenas, morava no Rio, estava trabalhando n’*O Globo*... Depois de sofrer um bocado, na segunda-feira eu fui no Palácio Laranjeiras de manhã e disse: “Presidente, eu aceito”. E nunca me arrependi disso. Pelo contrário. Se era para colaborar para abrir, para o país acabar com o AI-5 e para voltar ter liberdade de imprensa, eu topava. “Ah, você aceita? Então está bem. Lavra aí o ato, Rondon Pacheco”,²⁰ que era o chefe da Casa Civil. “Carlos Chagas é o novo Secretário de Imprensa. Agora vamos embora para Brasília comigo. O avião está saindo já”. E vim para Brasília com a roupa do corpo. Isso aconteceu em fins de maio de 1969.

ENTRE OS RADICAIS

Fiquei em Brasília por vários meses, sempre dando notícias lentas, devagar, da reabertura política. Só que a pressão em cima de Costa e Silva era imensa: os radicais não queriam a reabertura. Na cabeça do velho, estabeleceu-se um curto-circuito. Ele era Presidente da República por causa dos radicais e havia sido imposto na Presidência da República pelos generais radicais. Ao mesmo tempo, ele estava contra os generais radicais, porque não queria passar à História como um ditador. Ele já era um senhor de 71 anos de idade, em processo de esclerose. Foram os amigos dele que o tinham feito Presidente da República. Muitas vezes ele cedeu, em outras tentou resistir.

Nesse tempo, o Conselho de Segurança Nacional²¹ era fortíssimo, com atribuições que extrapolavam em muito o marco legal. Me lembro de Costa e Silva me dizer: “Ih, hoje é dia de reunião do Conselho. Vai ser um dia ruim”. E passava o dia chateado. O Conselho apresentava, digamos, 30 processos de cassação de parlamentares: processo contra fulano, contra beltrano etc., e cada um dos membros do Conselho votava: “Cassação. Cassação” -- até mesmo com

o dedo para baixo. Costa várias vezes chegou a dizer: “Não, espera, esse aí eu não tenho provas quanto a isso. Deixa em suspenso. Não casso”. Porque a cassação era prerrogativa dele.

Conto uma história divertida. Havia no MDB um grupo de deputados mais aguerridos -- Fernando Lyra,²² Marcos Freire,²³ Lysâneas Maciel²⁴ -- que realmente estavam forçando a mão. Paes de Andrade²⁵ era outro deles, considerado um radical. Veio um processo contra ele no Conselho de Segurança Nacional. Só que erraram o nome: botaram Antônio Vaes de Andrade, em vez de Antônio Paes de Andrade. Falaram: “Cassa! Cassa sim!”. Costa e Silva sabia disso e ficou quieto. Disse: “Cassa esse Antônio Vaes de Andrade”. Não existia Vaes de Andrade, e o Paes de Andrade está aí até hoje...

A REFORMA DA CF 67

O Vice-Presidente de Costa e Silva era Pedro Aleixo,²⁶ um grande democrata, mas que tinha sido escanteado no governo por ter sido contra o AI-5: foi dele o único voto no Conselho de Segurança Nacional contra o novo Ato. Mas Costa e Silva gostava do Aleixo, e eles conversavam muito. Foi Pedro Aleixo que convenceu Costa e Silva a acabar com o AI-5, para reconstitucionalizar o país. Me lembro de Costa e Silva dizer: “Vamos acabar com o AI-5, vamos fazer um roteiro”. O roteiro começava em maio de 1969, com a convocação de uma comissão de juristas para preparar a reforma da Constituição de 1967. Reforma era um eufemismo: era mesmo para fazer uma nova Constituição.

Essa comissão de juristas tinha grandes nomes: Temístocles Cavalcanti, Miguel Reale. Mas tinha também vários “jurilas”, como Gama e Silva.²⁷ Gama e Silva foi o maior ferrabrás civil que já teve na história do Brasil. Ele tinha sido reitor da USP, mas era um anticomunista ferrenho. Era muito amigo do Costa e Silva, desde o tempo em que ele tinha sido chefe da Região Militar em São Paulo. Logo depois da queda do Jango, formou-se o Comando Supremo da Revolução: Costa e Silva, Rademaker e Francisco de Assis Correia de Mello.

Aqui em Brasília, Ranieri Mazzili assumiu interinamente a Presidência da República. Mazzili ligou para Costa e Silva e disse: “Vou nomeá-lo ministro, o meu ministro”. Costa e Silva responde: “Seu ministro porra nenhuma! E nomeia aí, para ministro da Justiça, o professor Gama e Silva”. “Pois não. Está nomeado.” Mas logo depois o Castello Branco é eleito -- entre aspas -- toma posse, manda o Gama e Silva embora. E Costa e Silva continua como ministro da Guerra.

Quando Costa assume a Presidência da República, em 1967, a primeira coisa que ele faz é chamar Gama e Silva para o Ministério da Justiça. Gama e Silva era aquele sujeito que se alguém dissesse “Mata”, ele dizia “Esfola”. Na crise do AI-5, Gama já tinha pronto um projeto de AI-5 muito pior do que o que foi afinal editado. Esse projeto demitia todos os governadores – porque ele era inimigo do Abreu Sodré, que era governador de São Paulo, e ele queria chutar o Sodré --, dissolvia o Congresso Nacional, dissolvia o Supremo Tribunal Federal, o Presidente nomearia interventores em todos Estados e em municípios, as punições atingiriam três gerações de descendentes dos punidos... Era uma ditadura completa. O próprio Costa e Silva teve de dizer: “Espera aí, Gaminha, assim não dá. Vamos com calma”, e evitou a primeira versão do AI-5 de Gama e Silva.

Noutro episódio, Gama e Silva foi ao Costa e diz: “Presidente, o senhor não pode tolerar o *Correio da Manhã*! Eles estão chamando o senhor de tudo, de ditador, de... Vamos fechar o *Correio da Manhã*”. Costa e Silva tira do bolso uma tira de papel e diz: “Você já leu isso aqui?”. “Não. O que é isso?” Era uma frase do Thomas Jefferson: “Se fosse dado a mim ter governo sem jornais ou jornais sem governo, eu ficaria com a segunda hipótese”. E Costa e Silva diz: “Fica quieto aí. Não vai fazer nada”.

Tem aí um detalhe pessoal: eu estava trabalhando há poucas semanas no Palácio do Planalto e levava os jornalistas e os fotógrafos quando tinha reunião.

Quando teve a inauguração da comissão de juristas, Costa e Silva estava sentado na cabeceira da mesa, com todos os ministros. Eu conduzi os jornalistas. Eles olharam como é que estava constituída a mesa, tiraram fotos e eu fui saindo, já que não era para imprensa assistir a reunião. Ao me retirar, passei por trás do Costa e Silva e senti que me puxavam o paletó. Olhei e era o próprio Costa. Eu disse: “Pois não, Presidente?”. Ele: “Senta lá atrás e fica aí!”. Tinha umas mesinhas lá atrás, eu sentei e fiquei tomando umas notas. No final, eu fui até ele e disse “Presidente, por que o senhor pediu pra eu ficar?”. Costa respondeu: “Eu quero que você assista essas reuniões. Isso pode ser muito bom para você e pode ser muito bom para mim”. Por quê? Porque eu ia testemunhar as reuniões dele com os juristas, em que ele ia em quase todas, sempre defendendo ideias contra o AI-5. E fiquei assistindo todas as reuniões da comissão de juristas. Aquilo deu uma ciumada na milicada lá do Gabinete Militar: “O que esse cara está fazendo aqui?”. “Não sei, foi o Presidente que mandou”.

Os militares ficavam alardeando: “Este texto é da Revolução e precisa passar por uma radiografia”. O chefe da Casa Militar, General Jayme Portella,²⁸ convoca um coronel de cavalaria para fazer a revisão dos artigos. E começa a ajeitar uma ou outra coisa que Pedro Aleixo tinha posto lá. Aleixo, então, se diz derrotado. Vai ao Costa e Silva e diz: “Olha, estão desfigurando um texto que seria democrático”. Costa então afastou o coronel da cavalaria. Mas algumas modificações ficaram.

DOENÇA DE COSTA E SILVA: A PEDRA NO MEIO DO CAMINHO

A reunião dos juristas para elaborar a reforma da CF 67 durou várias semanas. Em fins de agosto, estava tudo pronto: Costa e Silva reabriria o Congresso Nacional no dia 7 de setembro, para extinguir o AI-5, para acabar com a ditadura declarada e chegar-se a uma nova versão da Constituição de 1967. Mas, uma semana antes do 7 de setembro, aparecem os primeiros sinais da trombose cerebral do Costa: ele começa a perder a voz durante 30 segundos, a perder os

movimentos, a perder a memória. Entre 28 e 29 de agosto, ainda em Brasília, Costa e Silva caiu no chão, sem voz e sem movimentos. Mesmo assim, ele foi para o Rio de Janeiro. Viajar de avião, com aquelas despressurizações, lhe fez um mal terrível, e ele foi para o Palácio Laranjeiras já com meio rosto paralisado, meio braço paralisado. Ninguém sabia disso. Diziam: “O Presidente está resfriado”. Fui aos aposentos dele no Palácio Laranjeiras. Costa já tinha perdido a voz, os movimentos, mas ainda estava lúcido. Por gestos, pede a um ajudante de ordens que lhe traga caneta e uma folha de papel. Sentado à mesa de trabalho, pega a caneta e tenta assinar o nome na folha de papel -- com a mão boa, porque a outra já estava ruim. Em vez de assinar Arthur da Costa e Silva, assina A. Silva, Co Silva. Tenta várias vezes e não consegue. A caneta cai no chão e ele começa a chorar convulsivamente. Daí a 15 minutos, ele estava em estado de coma. Meses depois, ele melhorou e já entendia tudo. Só que não falava. Então, um belo dia, aquele mesmo ajudante de ordens pergunta a ele: “Presidente, o senhor lembra aquele dia que o senhor adoeceu?”, e ele balança a cabeça. “O senhor queria fazer uma fezinha nos cavalos?” -- porque ele jogava muito no Jockey. Ele balança negativamente a cabeça. “Era algum pagamento da prestação?” -- ele estava comprando um apartamento. “Era algum bilhete para alguém?” Ele balança a cabeça. Aí o rapaz pergunta: “O senhor queria assinar o fim do AI-5 e a reabertura do Congresso?” Ele concorda e começa a chorar convulsivamente...

JUNTA MILITAR: O GOLPE DENTRO DO GOLPE

Bom, naquela sexta-feira que Costa e Silva ficou de cama, já sem poder falar, o que era para ter acontecido? Era para ter assumido o Vice-Presidente da República, o deputado federal Pedro Aleixo (ARENA-MG). Aleixo tinha sido a única voz no Ministério de Costa e Silva a ficar contra o AI-5, dizendo: “Vamos decretar o estado de sítio, mas não o AI-5. O AI-5 é a ditadura aberta”. Mas foi derrotado. Por causa disso, os três ministros militares dizem: “O Dr. Pedro não

pode assumir”. Mandam um avião a Brasília buscá-lo e o prendem. Assume o poder uma Junta Militar,²⁹ com três ministros -- que posteriormente seriam chamados de “Os Três Patetas”;³⁰ se chamassem naquela hora, seriam fuzilados... A Junta começa um regime de horror total: baixam novos atos institucionais, dizendo que eles é que estavam contra a subversão, porque a subversão estava tomando conta do país etc. Enquanto a direita fazia isso, a esquerda radical resolve fazer aquilo que jamais havia feito no mundo desde 1648. O que aconteceu em 1648? A Paz de Westfália, que acabou com a Guerra dos Trinta Anos entre a França e a Alemanha. Fizeram uma série de artigos, e um deles era de que os embaixadores dos países, mesmo litigantes, mesmo em guerra, teriam que ser respeitados. Pois bem, a nossa esquerda radical sequestra o embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick. Deram de mão beijada o pretexto para a extrema-direita botar a outra pata em cima do país. A Junta Militar começou a prender, a mandar matar, a torturar, a censurar a imprensa, a fazer o diabo, e inclusive a baixar um ato institucional -- o AI-14, em 5 de setembro de 1969 -- autorizando a pena de morte para crimes contra a segurança nacional.

EMENDA 1/69: A CONSTITUIÇÃO DA LINHA-DURA

O projeto de reforma do Pedro Aleixo e da comissão de juristas não era liberal de jeito nenhum, mas era um projeto que conservava os direitos e garantias individuais. Costa e Silva o havia aceito. Quando ficou doente, esse anteprojeto estava no Gabinete Militar – já que, por causa da dita segurança nacional, o Gabinete Militar centralizava as atividades da Presidência da República. Lá, o General Jayme Portella e outros coronéis modificaram o anteprojeto. Para ajudá-los, chamam Gama e Silva, que deitou e rolou – introduzindo, inclusive, a cláusula de pena de morte.

Os ministros da Junta Militar não gostavam do Portella – aquelas brigas entre os próprios milicos. A Junta então avoca para si o anteprojeto de reforma da CF

67, dizendo: “Passa para cá, porque nós queremos rever isso. Nós não confiamos em vocês, do Gabinete Militar, e muito menos no projeto do Costa e Silva.” Como dizia o Dr. Ulisses Guimarães, “os Três Patetas” não eram obrigados a entender nada de Direito Constitucional, e vão chamar João Leitão de Abreu,³¹ um “jurila” do Rio Grande do Sul, para assessorá-los nas modificações: “Faz aí as mudanças para o AI-5 continuar”.

Foi Leitão de Abreu que elaborou a revisão do Anteprojeto Constitucional de Costa e Silva. Mas fez a revisão para pior. Dou apenas um exemplo. Nas suas Disposições Transitórias, o projeto de Costa e Silva dizia o seguinte: “Continuam em vigor os efeitos do AI-5”. Quer dizer, quem tinha sido cassado continuava cassado, quem tinha sido condenado continuava condenado. Mas vejam bem: somente os *efeitos* do Ato 5. Leitão de Abreu colocou lá: “Continuam em vigor o AI-5 e seus seguintes” -- porque a essa altura já havia os Atos Institucionais nº 12, 13, 14... A grande sacanagem está aí. Fizeram uma nova Constituição, mas mantiveram a ditadura dentro da Constituição.

113 DIAS DE ANGÚSTIA

Logo na primeira semana em que eu estava na Secretaria de Imprensa, Gama e Silva comentou com um amigo meu, que me contaria: “Esse Dr. Carlos Chagas está espalhando um noticiário infame sobre a realidade nacional!”. Fiquei quieto. Quando veio a Junta Militar, eu estava lá no Palácio. Não divulguei nada; o problema era lá deles. Na segunda-feira cedo, fui ao Palácio Laranjeiras e falei com Rondon Pacheco, que era o Chefe da Casa Civil e meu superior: “Dr. Rondon, está aqui o meu pedido de exoneração. Diante disso, eu não tenho por que ficar aqui”. Ele pegou, guardou e disse: “Olha, eu aceito, mas eu também já fiz o meu pedido de exoneração. Mas, enquanto o Presidente estiver aqui no andar de cima, e quem sabe em condições de voltar, o nosso dever é ficar aqui”. E eu fiquei lá mais algumas semanas, até escolherem o Médici -- vendo aquilo tudo, escutando, olhando, anotando aquela briga de generais. Quando Médici

assumi, eu voltei para *O Globo*. E pensei: “Só tem uma saída. Vou escrever isso tudo. Se eu mostrar o que aconteceu nos bastidores, quem sabe dou a volta por cima”. Mas o livro que escrevi, *113 dias de angústia: impedimento e morte de um presidente*, foi recolhido após a primeira semana de publicação. Graças ao livro, ganhei meu primeiro processo pela Lei de Segurança Nacional, “por estar revelando documentos secretos”. E fiz o primeiro IPM³²: fui fotografado de frente e de perfil, “toquei piano”, tomaram meu passaporte.

Nesse meu livro, tento entender por que o Presidente Costa e Silva, que queria por em prática esse projeto de redemocratização, acatava o parecer dos membros do Conselho de Segurança Nacional. Penso que aí tem duas vertentes. A primeira: ele acatou dentro daquela teoria dois passos adiante, um passo atrás; se ele dizia “Vamos abrir, vamos acabar com o AI-5”, aí vinha o Conselho de Segurança e vetava. Jayme Portela, chefe do Gabinete Militar e quem de fato mandava no Conselho de Segurança Nacional, dizia: “Presidente, os subversivos estão aí!”. E Costa: “Está bom. Vamos apertar os subversivos”. De um lado era isso, era a teoria das compensações. Mas, de outro lado, depois que o Presidente adoeceu, num interregno de dois ou três dias em que ele não podia assinar mais nada, acredito que assinaram por ele. Fizeram maldades com as quais ele não concordaria, e assinaram por ele. É a única explicação que eu tenho. Não tenho a menor prova disso, porque está escrito lá “Arthur da Costa e Silva” e publicado no *Diário Oficial*. Como é que eu vou contestar? Agora, eu tenho a intuição, ou quase a certeza, de que, naquele interregno, a Casa Militar e o Conselho de Segurança Nacional extrapolaram: disseram que aquilo era decisão do Costa e Silva. Mas quem haverá de provar isso?...

MDB: A MARCHA PARA A CONSTITUINTE

O MDB passou por uma importante renovação nas eleições de 1970, com a vitória de candidatos que posteriormente foram chamados de “autênticos”.³³

gente nova, que botava para quebrar. Os “autênticos” é que forçaram o Dr. Ulysses a levantar a tese da Assembleia Constituinte, a partir da convenção que o MDB fez em 1971, no Recife. Mas há um episódio pouco conhecido, uma espécie resposta do Dr. Ulysses à provocação dos “autênticos”, no que talvez a gente possa chamar de “Carta do Rio Verde”.

Foi no tempo do governo Médici. Rio Verde é uma cidadezinha em Goiás. Ia haver uma reunião do MDB por lá. Eu fui cobrir a reunião e vários outros jornalistas também. Não havia hotel na cidade. Tinha somente uma pensão, que não tinha nem banheiro direito. Os jornalistas foram para a pensão e o Dr. Ulysses ficou hospedado na casa do prefeito, que era do MDB. Ulysses conversou com o pessoal do MDB e esceveu à mão um documento clamando por uma Assembleia Nacional Constituinte. Na sala, tinha uma máquina de escrever, e Ulysses me pediu para datilografar o que tinha escrito. Demoramos e acabei ficando para dormir por lá. Era um quarto só para nós dois. Minha mulher tinha arrumado uma malinha de mão, com pijama, escova de dente, essas coisas. Só que o Dr. Ulysses não tinha levado malinha nenhuma. Eu disse: “Dr. Ulysses, o senhor quer o meu pijama?”. “Ô, meu filho, não precisa”. E ele dormiu de cueca!... Vestiu a mesma roupa no dia seguinte e voltamos para Brasília. Era uma figura maravilhosa. Quer dizer: Medeiros datilografou a Constituição de 67 e eu, a “Carta do Rio Verde”...

Foram os “autênticos” que tiveram também a ideia de lançar a anticandidatura de oposição ao Colégio Eleitoral. Ocorre que os militares publicavam leis eleitorais dia sim, dia não. Já programando a sucessão do Médici, eles baixam uma lei eleitoral que estipulava que a eleição para Presidência da República mais uma vez seria feita indiretamente pelo Congresso Nacional. Os “autênticos” notaram que, na lei eleitoral, os candidatos que se apresentassem ao pleito teriam direito a programas de televisão, com transmissão pelo país inteiro, e mais algumas diretrizes para fazer comício nas capitais. Então lançam a ideia de que o MDB tivesse um anticandidato à Presidência – “anticandidato” porque o

partido era minoritário no Congresso Nacional. Não ganharia, mas o partido teria à disposição um mês para fazer propaganda gratuita na TV e em comícios.

Fernando Lyra, Marcos Freire, Chico Pinto e Lysâneas Maciel iam muito lá em casa, para reuniões aos domingos. Naquela época, eles me pediram para procurar Aliomar Baleeiro -- porque eu tinha sido aluno dele --, que era Ministro do STF e estava apresentando votos muito importante em direitos humanos; era derrotado, mas de qualquer maneira ele constestava os atos do regime. Me pediram para ir ao Baleeiro para saber se ele aceitava ser o anticandidato da oposição. E fui ao apartamento dele. Cheguei lá e falei: “Dr. Baleeiro, estou aqui com uma grande missão: convidar o senhor para ser candidato do MDB à Presidência da República”. Ele leva um grande susto e começa a falar do Império, dos Primeiros-Ministros do Império... Pensei: “Meu Deus, o que ele quer com essas estórias? Esse velho está me passando para trás”. Ficamos mais de uma hora conversando sobre história do Império, e no fim Baleeiro diz: “Olha, não aceito, não. Até logo”.

Os “autênticos” pensaram então no Dr. Barbosa Lima Sobrinho, que topou a anticandidatura. A ideia era aproveitar a televisão gratuita por um mês mas renunciar na véspera da eleição no Congresso, para não legitimar a vitória indireta de Geisel. Nessa hora, a gente vê a esperteza do Dr. Ulysses. Os “autênticos” o hostilizavam muito, mas Ulysses disse assim. “Gostei muito da ideia, mas você não acham que, sendo o MDB um partido que vai lançar um forte candidato, não teria esse de ser o presidente do partido”? Ninguém conseguiu articular um argumento contra. Dr. Barbosa aceitou ser anticandidato a Vice-Presidente e a chapa saiu pelo país, com o Dr. Ulysses percorrendo o país -- enfrentando cachorro, polícia militar, uma coragem total, absoluta, na Bahia.

Os dois candidatos tinham direito a fazer um discurso no Congresso Nacional, e os dois discursos seriam transmitidos pela televisão. Eu estava no *Estadão* e, na véspera, Dr. Ulysses me chama e me dá o discurso dele. Diz: “Não pode publicar não, mas eu quero que você tome conhecimento”. O discurso dele era

uma maravilha, uma peça literária fantástica. Falava em anistia e pela primeira vez, pela voz do Dr. Ulysses, o MDB pede oficialmente uma Assembleia Nacional Constituinte. O discurso termina assim:

A caravela vai partir, as velas estão pandas de sonhos e aladas de esperança, posto no alto da Gávea, pelo povo brasileiro. Espero um dia poder gritar, poder anunciar: “Alvíssaras, meu capitão, terra à vista. À vista a ansiada terra da liberdade!”.

Só que, mais tarde, o Dr. Ulysses também me diz: “Eu não vou renunciar, não” -- porque ele queria ir para os livros de história, não é? Perdeu, mas teve muitos votos.

CONSTITUINTE E A NOVA REPÚBLICA

Tancredo não faria jamais uma Assembleia Constituinte. Para que ele iria querer a Constituinte? Ele já tinha o poder. Ele falou uma vez que qualquer coisa fora do Colégio Eleitoral seria golpe. Ou seja, seria golpe porque, se a eleição fosse direta, o candidato seria o Ulysses... Para mim, a estratégia dele era ir enrolando, “Vamos fazer uma grande emenda constitucional”, e aos poucos mudando a Constituição dos militares.

Quando Tancredo morreu, Mauro Santayana³⁴ ficou meio solto no espaço. Sarney não tinha apreço por ele, e, sem saber o que fazer, resolve fazer a tal comissão para elaborar o anteprojeto da Constituição. O lugar foi talhado para o Mauro Santayana ser o secretário da comissão: para carregar pasta, arrumar a mesa etc. Mas ele virou um membro não efetivo que, na prática, era um membro da comissão: dava palpites, dizia isso e aquilo, chamava todo mundo pelo nome, conhecia todas as pessoas.

Sarney foi muito pressionado pelo PMDB -- pelo Dr. Ulysses, principalmente. Nos primeiros meses, ele ficou balançando, dizendo “Qualquer dia desses, me derrubam”... Foi por fraqueza que ele aceitou a ideia do Anteprojeto Constitucional. A ideia foi crescendo na opinião pública, cresceu nas principais

associações: OAB, ABI, CNBB. Então Sarney cedeu, a ponto de nomear a Comissão Afonso Arinos, talvez até para ganhar tempo. Nomeia alguns juristas, eles se reúnem, fazem um projeto que só que os juristas levaram a sério...

O Planalto queria uma Constituinte Congressional. Sarney queria. Porque pelo menos o poder ainda estava dividido. Ele era ainda o chefe do Executivo. Quer dizer, a Constituinte não poderia destitui-lo, nem forçar demais a mão. Não estou seguro de que tenha sido mesmo Ulysses quem afastou o Flavio Bierrenbach da relatoria da emenda convocatória. O que sei é que Bierrenbach era muito ligado ao Paulo Brossard. Assim que Brossard se torna Ministro da Justiça de Sarney, no lugar de Fernando Lyra, Bierrenbach foi logo ocupar uma posição importante no Ministério da Justiça. Ele tinha perdido a eleição para deputado federal e foi trabalhar com Brossard. Ulysses não gostava do Brossard, tirar o Bierrenbach da Relatoria talvez fosse para acutilar o Brossard.

COBRINDO A CONSTITUINTE NO *ESTADÃO*

Fiquei na direção do jornal *O Estado de São Paulo* de 1972 a 1988. No período da Constituinte, escrevi muito sobre aqueles projetos, acompanhando diariamente as atividades do Congresso. Era coluna política todo santo dia. Mas a experiência foi um horror. O *Estadão* é o melhor lugar do mundo para trabalhar quando tem ditadura. Eu fui processado três vezes pelos militares, e o *Estadão* mandava para cá, em Brasília, o advogado deles até hoje, Manoel Alceu Afonso Ferreira,³⁵ que vinha me defender no tribunal militar. E a direção do *Estadão* me dava toda força. Júlio Mesquita³⁶ dizia: “Escreve do jeito que você acha que deve escrever. Se for censurado, isso é problema nosso. Faz tudo”.

Só que, na Constituinte, os dois irmãos que mandavam no jornal -- Júlio Mesquita Neto³⁷ e Rui Mesquita³⁸ -- já estavam com sessenta e tantos anos, já estavam passando tudo para os filhos. Os dezesseis Mesquitinhas -- havia os primos, além dos filhos -- , eram cada um mais presunçoso que o outro: “Eu sei tudo”, queriam reinventar a roda. Um dos Mesquitinhas chegou a me dizer:

“Todo dia, no final do dia, você tem que ir conversar com o Roberto Campos,³⁹ que ele vai lhe dar orientação”. E eu falava: “Mas eu não quero orientação do Roberto Campos; eu quero cobrir os fatos, o que está acontecendo na Constituinte”. E comecei a bater de frente com eles. Durante a Constituinte, eles queriam que o *Estadão* fosse o porta-voz dos interesses dos grupos econômicos de São Paulo. De sorte que não podia sair notícia sobre a oposição, projetos de oposição, discussões da oposição. Eles me diziam: “Você está dando cobertura demais para esses comunistas”. Acabei brigando e, em meados de 1988, deixei o *Estadão* e fui para a Manchete logo no dia seguinte. Quando veio a promulgação da Constituição, eu já estava fazendo comentário político na TV Manchete.

CABRAL

Após a instalação da Constituinte, houve uma disputa acirrada para saber quem seria o relator. O Relator-Geral é a segunda figura mais importante, sendo a primeira é o presidente da Constituinte. E logo apareceu o sujeito que aparece em todas, que quer aparecer em todas, que quer ser o máximo: Fernando Henrique Cardoso. Candidatou-se a relator da Constituinte – ele, que não entendia nada de Direito. Tinha lá a sociologia dele, mas forçou a barra para ser o relator. Ulysses também desconfiava do Fernando Henrique: “Não pode ser o Fernando Henrique. Como ele vai ser o relator da Constituinte sem ser jurista, sem conhecer o Direito?”. Foi aí que empurraram o Bernardo Cabral, através do Mário Covas.

Foi Bernardo Cabral quem deu solução para um problema que afligia o dr. Ulysses: “Essas comissões todas estão cada uma fazendo uma coisa diferente. Depois, vai chegar um texto totalmente distorcido, vai chegar um texto conflitante e isso aí não vai dar certo”. Cabral sugeriu criar a Comissão de Sistematização. Essa comissão ficava encarregada de pegar o texto das outras todas e compatibilizar uma coisa com a outra. Há quem diga que foram os relatores-adjunto da Comissão de Sistematização -- Konder Reis, Fogaça⁴⁰ e

Adolfo de Oliveira -- os efetivos relatores da Constituinte. Mas eu não concordo. Acho que foi mesmo o Cabral.

Há sobre isso um detalhe curioso: na época da Constituinte, Cabral namorava uma jornalista que é amiga minha – que eu jamais direi o nome... Quando chegou na reta final de redação do Projeto, Cabral não podia ficar em sua casa, não podia ficar no gabinete no Congresso porque ele era assediado por todo mundo, de modo que a redação do texto final da Constituição foi feita na casa dessa nossa amiga jornalista. Ele ia para lá e passava o fim de semana com ela, redigindo e namorando. Hoje, ela já está aposentada. Devemos agradecê-la pelo papel que cumpriu lá... Mas repito que acho que Cabral exerceu efetivamente a relatoria da Constituinte, e sempre muito ligado ao Dr. Ulysses.

CENTRÃO

O *Centrão* foi uma criação da imprensa conservadora. Principalmente do *Estadão* e do *Globo*, que lhe davam total cobertura: qualquer parlamentar do *Centrão* que apresentasse uma subemenda, um projeto ou uma coisa qualquer, tinha toda uma cobertura deles. E a *Folha de São Paulo* também não ficava atrás.

Sarney não fomentou o *Centrão*, Sarney pegou carona no *Centrão* e nas forças conservadoras. Um dos seus principais organizadores foi Expedito Machado,⁴¹ que tinha sido de esquerda, ministro de João Goulart e que quase foi cassado. Gastoni Righi⁴² era do *Centrão*, dono de estação de rádio e de televisão em Santos. Mas Gastoni era do PTB, não podia aparecer muito. Outro que influenciou muito as forças conservadoras foi o Francisco Dornelles,⁴³ que era deputado do Rio de Janeiro. Esses foram os cérebros -- principalmente Dornelles e Roberto Campos.

Dr. Ulysses não foi um inimigo do *Centrão*, ele compôs com eles. Ele era um homem de centro – e não de *Centrão*... Sarney talvez tenha gostado muito e alimentado a posição do *Centrão*, mas repito: quem pariu o *Centrão* foram as

forças conservadoras lá de São Paulo, como a FIESP e o *Estadão*, assim como *O Globo*.

OS MILITARES NA CONSTITUINTE

Há quem diga que Sarney na realidade servia de escudo para os interesses das Forças Armadas, para ganharem tempo e se prepararem diante a perspectiva de eleição de algum candidato a elas adverso. Se dependesse do Leônidas,⁴⁴ Sarney teria ficado seis anos. Mas ele também não quis forçar demais a barra, já que os próprios militares diziam -- pelo menos da boca pra fora -- que era a Constituinte que tinha de traçar as linhas de um novo país etc. Eles não iam ficar contra a Constituinte, a menos que a Constituinte denegrise o papel das Forças Armadas. Mas não, a Constituição manteve o papel dos militares como garantidores da ordem interna; só acrescentaram que isso se daria a pedido de um dos Três Poderes da República. Mas eu não vi os militares influenciando demais na Constituinte.

SARNEY: AMIGOS E DESAFETOS

Sarney se elegeu para acabar com a oligarquia do Vitorino Freire e fez uma dinastia pior ainda. Mas Sarney tem qualidades também, sendo a principal delas aguentar desaforo de todo mundo. Quando era Presidente da República, engoliu muito sapo -- e, com isso, assegurou a transição democrática.⁴⁵

Sarney foi eleito para um mandato de seis anos. Mas aí a Constituinte começa a acutilar o Sarney, a desprezá-lo e humilhá-lo -- lembrem que a grande proposta que ocorreu lá era de limitar o mandato do Sarney a quatro anos. Pelo que eu sei, ele mesmo negociou com o Dr. Ulysses para ficar cinco, dando como exemplo o Marechal Dutra, que, em 1945, foi eleito ainda sobre a égide da "Polaca" -- a Constituição de 1937 --, que dava ao Presidente da República mandato de seis anos. Dutra não queria ficar seis anos e negociou com a

Constituinte para ficar cinco. Sarney se lembrou desse episódio e mexeu os pauzinhos para obter o mesmo resultado.

Sim, eu li a obra *Sarney. A biografia*.⁴⁶ Tem duas pessoas ali que Sarney arrebenta. Uma é o Dr. Ulysses, de quem ele diz: “Era um político menor, só queria saber do poder”. Fala mal dele agora; por que que não falou mal na época? Sarney é covarde. E Sarney abominava Marco Maciel; nesse livro, ele não o critica diretamente mas deixa Marco Maciel muito mal. Outro também que ele fala mal toda vida é o Bernardo Cabral.

Vocês me indagam quem influenciava o Sarney durante a Constituinte. Não era o Brossard. Brossard é aquela coisa empolada, mas não influenciou o Sarney em nada. Tinha aquele da Bahia, o Carlos Sant’Anna. Ele tinha sido Ministro da Saúde por escolha de Tancredo e depois foi ser Líder do Governo na Constituinte. Sant’Anna foi um dos próceres do *Centrão*. Agora, Sarney era muito ligado ao pessoal de São Paulo, para onde ele ia muito, desde os tempos de deputado da UDN e depois senador pela ARENA. Ele sempre teve muita ligação com Murilo Mendes,⁴⁷ da Construtora Mendes Junior. Ele não se mete em política ostensivamente, mas dava muito palpite no Governo Sarney, em nome da indústria mineira e paulista. Esse realmente tinha muita influência. Mas foi Saulo Ramos o único que efetivamente influenciou Sarney com relação à Constituinte. Ele entendia demais de direito, de Constituição, e era quem dava orientação para o Sarney. Quando o Projeto de Constituição ficou pronto, um ano antes de ser promulgado, Saulo Ramos passou um fim de semana inteiro lendo artigo por artigo e o devolveu de volta ao Sarney com a frase: “O Brasil vai ficar ingovernável”. Sarney aproveitou essa frase depois. Mas a autoria é de Saulo Ramos.

Castellino⁴⁸ era muito, muito ligado a Sarney – até sentimentalmente. E só fazia elogios ao Sarney, é claro. Nunca o vi fazer uma crítica escrita ao Sarney. Mas o Castello era muito cético, não era realmente um formulador, para dar rumo ao Governo Sarney. Ele dava muita, muita informação do que se passava

na Constituinte. Castellinho nunca deixou de ser um udenista -- eu até fiz um livro sobre ele. Ele era da velha UDN, de modo que isso o limitava um pouco na análise da realidade total.

O PRESENTE DE SARNEY

Fui perseguido pelo Sarney. Eu estava há poucas semanas na TV Manchete. As esquerdas haviam feito uma CPI sobre o governo Sarney e nós dávamos cobertura diária. A Globo nem tocava no assunto da CPI, mas a Manchete dava notícia tudo dia. Fiz um comentário que Sarney estava gastando muito dinheiro em um dado projeto. Foi um comentário duro, dizendo que esse dinheiro todo poderia construir não sei quantas escolas, hospitais etc. Ele ficou muito bravo e ligou para Adolfo Bloch, dizendo: “Vocês contrataram o Chagas, e estão aí com ele esculhambando o meu governo”. Foi a vez do Bloch ficar bravo e me cobrar: “Como é que você faz isso com nosso querido Presidente?”. “Tá bom, deixa para lá. Não faço mais”.

Mas TV Manchete foi entrando em falência. Sarney veio jantar aqui em casa uma vez e o Adolfo veio também. Adolfo dá um papel para o Sarney e diz: “Olha isto, como é que pode? Eu tenho que pagar esses juros todos para o Banco do Brasil! Eu não aguento! Vou falir!”. Sarney cometeu a besteira de pegar o papel, dobrar, colocar no bolso e dizer: “Deixa comigo, vamos ver”. Adolfo entendeu aquilo como se o Sarney já tivesse perdoado os juros todos dele. Mas ficaram o Banco do Brasil e outros credores em cima do Bloch. Ele me ligava e dizia: “Você se lembra, foi na sua casa, ele disse que o problema era dele, não era mais meu”...

Quando Sarney foi candidato a senador pelo Amapá, ele mandava gente dele lá para Manchete e o Adolfo encasquetou: “Não quero mais Sarney candidato na minha televisão. Não pode. Esse Sarney ficou de resolver os juros e não resolveu nada. Não dá mais bola para ele, não”. Mas o Sarney é o Sarney... Não adianta achar que é mocinho é bandido. Sarney é vingativo. Continuei amigo,

ele veio aqui em casa jantar duas vezes quando era Presidente da República. Uma vez, trouxe o ministério todo... Mas o principal é essa dedicatória aqui: uma das vezes em que ele veio jantar aqui, no dia seguinte me mandou um presente: uma baixela em que estava escrito o nome *José Sarney*...

A PROMULGAÇÃO DA CF 88

O dia da promulgação da nova Constituição foi muito bonito. Eu fiquei ali do lado, a gente via bem. Sarney chegou, como Presidente da República, para assistir a promulgação -- porque Presidente da República não promulga Constituição. Mas ele foi assistir, prestigiar... Sarney tremia tanto, a sua a mão tremia tanto, que ele botou a mão embaixo da mesa. Ulysses discursando, todo mundo discursando e a gente via a mão do Sarney tremendo e tremendo... Quando ele foi discursar, pegou o papel, e o papel tremia também. Quer dizer, ele deve ter se sentido muito mal com a nova Constituição...

A entrevista com o jornalista Carlos Chagas, realizada no dia 08 de abril de 2011, foi feita em duas etapas: pela manhã, em seu escritório, no centro de Brasília, e à noite, em sua residência. Participaram dos dois encontros os pesquisadores Ademar Cruz, Antônio Sérgio Rocha e Lígia Freitas.

NOTAS

¹ Ao todo, foram editados 104 Atos Complementares.

² Nascido em Paris em 1908, foi um advogado, professor, historiador e político. Formou-se em Direito em 1929, em Salvador, mas dedicou-se desde cedo ao jornalismo. Em 1934, ingressa na política, sendo eleito deputado federal. Após a queda do Estado Novo, em 1945, foi um dos fundadores do PSD. Em 1964, foi nomeado Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil do regime militar. Reelege-se para o cargo de deputado federal em sucessivos mandatos até 1966, quando se desincompatibiliza para concorrer ao governo do Estado da Bahia. Após o período de governo, já pela Arena, foi eleito para o Senado, onde presidiu a Comissão de Relações Exteriores e o próprio Senado Federal, no biênio 1979-80. Morreu em 1990, quando exercia seu segundo mandato como senador, tendo integrado ainda o PDS e o PMDB.

³ Nascido em 1909 em São Luiz Gonzaga (RS), formou-se em Direito na Faculdade de Porto Alegre em 1933. Foi promotor público em Santo Antônio da Patrulha, consultor jurídico do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul e promotor em Porto Alegre. Foi eleito deputado estadual do Rio Grande do Sul pela UDN Sul de 1947 a 1951. Em seguida, foi eleito senador consecutivamente em três legislaturas, de 1955 a 1978. Um dos principais nomes da União Democrática Nacional, depois do golpe militar de 1964 migrou para a ARENA, da qual foi o primeiro presidente. Liderou o grupo de senadores da Arena que discordaram enfaticamente do AI-, tendo organizado um manifesto de discordância assinado por diversos senadores. Com o anúncio da medida, retirou-se da presidência do partido, que passou a Filinto Muller.

⁴ Nascido em Mariana (MG) em 1901, graduou-se pela Faculdade de Direito de Minas Gerais em 1922. Um dos principais fundadores da UDN, elegeu-se deputado estadual e foi secretário de Estado do Interior e Justiça no governo Milton Campos. Eleito novamente deputado federal em 1958 e 1962, também pela UDN, destacou-se por fazer acirrada oposição aos governos Juscelino Kubitschek e João Goulart. Foi um dos líderes civis do golpe militar de 1964, tendo se filiado à ARENA. Entre 10 de janeiro e 30 de junho de 1966, exerceu o cargo de Ministro da Educação e Cultura no governo Castello Branco. Faleceu em 1975.

⁵ Nascido em Ponta Nova (MG) em 1900, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Minas Gerais em 1922. A partir de 1925, dedicou-se também ao jornalismo. Em 1934, foi eleito deputado à Constituinte de Minas Gerais pelo Partido Popular. Advogou para a Caixa Econômica Federal até 1944, quando foi exonerado por subscrever o “Manifesto dos Mineiros” (1943) contra o Estado Novo; um dos fundadores da UDN, elegeu-se governador de Minas Gerais em 1947. Foi candidato à Vice-Presidência da República duas vezes (1955 e 1960), sendo derrotado em ambas as vezes. Em 1958, elegeu-se senador por Minas Gerais. Participou ativamente das articulações que levaram ao golpe militar de 1964, que afastou Goulart da Presidência. Em abril desse ano, logo após a instauração do novo regime, foi nomeado Ministro da Justiça pelo presidente Castello Branco. Deixou o cargo em outubro de 1965, retornando ao Senado. Filiou-se à ARENA, renovando seu mandato de senador em 1966. Faleceu em 1972.

⁶ Nasceu em Fortaleza em 1908. Foi advogado, jornalista e político brasileiro. Graduou-se em Direito em 1930. Iniciou a vida política como deputado estadual, em 1934. Foi deputado federal por quatro legislaturas: 1946, 1951, 1959 e 1963, tendo concluído todos os períodos. Governou o Ceará entre 1955 e 1958, e terminou sua vida pública como senador em 1968, sem concluir o mandato.

⁷ Decretado em 07 de dezembro de 1966.

⁸ Nascido em Dores do Indaiá (MG) em 1891, Francisco Campos foi alfabetizado em casa, por sua mãe, e depois passou dois anos como interno no Instituto de Ciências e Letras de São Paulo, regressando em seguida a Dores do Indaiá para estudar francês. Fez o curso secundário nas cidades da Sabará e Ouro Preto, bacharelou-se em 1916 pela Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte. Foi um advogado, professor, jurista e político brasileiro, responsável entre outras obras, pela redação da Carta Constitucional de 1937, do preâmbulo do primeiro Ato Institucional, em 1964, e dos códigos penal e processual brasileiros, que, mesmo com as subsequentes reformas, continuam em vigor.

⁹ Nasceu em Juiz de Fora (MG) em 1907. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito (1929), dedicou-se a advocacia e foi chefe de gabinete da Secretaria de Educação no antigo Distrito Federal (1936-1937) e também promotor público (1939). Consultor jurídico da Comissão de Defesa Econômica (1942-1943) e do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) ao longo de 1944, foi chefe de gabinete do Ministério da Justiça nas gestões de Francisco Campos (quando da outorga da Carta Constitucional de 1937). No segundo Governo Vargas, foi Consultor-Geral da República e nessa condição atuou na feitura dos atos constitutivos da Petrobras. Ao longo do governo Juscelino Kubitschek foi procurador-geral da República. Membro do Conselho Federal da OAB, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal em 1965 pelo presidente Castelo Branco, o mesmo que nomearia ministro da Justiça (cargo que exerceu entre 19 de Julho de 1966 a 15 de março de 1967); em parte, autor do AI-1; do projeto de Constituição de 1967 e do AI-12, que foi editado pelo Junta Militar de 1969 após o afastamento do presidente Costa e Silva. Faleceu vítima de ataque cardíaco.

¹⁰ Nascido em Barretos (SP) em 1915, aos dezessete anos, tomou parte na revolução de 1932, formando-se posteriormente em direito na Faculdade de Direito do Largo São Francisco (FD-USP), onde desenvolveu intensa atividade política, sinalizando o seu futuro na vida pública brasileira. Em 1947, elegeu-se deputado estadual pela União Democrática Nacional (UDN) e, em 1950, deputado federal. Em 1954, elegeu-se senador pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN). Foi membro do Partido Social Democrático (PSD), no qual logo se destacaria. Em 1961, foi eleito presidente do Senado, onde permaneceria por sete anos, sempre reeleito. Indicado por diversos parlamentares para compor, como vice-presidente, a chapa que elegeria o general Castelo Branco para presidente, foi, no entanto derrotado pelo deputado José Maria Alkmin; desencantado com o golpe que ajudara a dar, com a ousadia que o caracterizava, declarou publicamente que “Japona não era toga”, ao ser levemente acusado por um oficial superior encarregado de um inquérito. Por isso, mesmo gozando de grande prestígio, foi derrotado em convenção partidária que escolheu os candidatos da ARENA ao Senado por São Paulo em 1970, o que o impossibilitou de candidatar-se a mais um mandato. Após deixar o Senado, em 1971, foi embaixador do Brasil na Espanha durante um ano e presidente do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo até 1982, quando faleceu.

¹¹ Nascido em Belo Horizonte (MG) em 1905, formou-se em 1927 na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (atual Faculdade Nacional de Direito da UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro), começando a carreira como promotor de Justiça da Comarca de Belo Horizonte. Viajou para Genebra, a fim de aperfeiçoar seus estudos. De retorno ao Brasil em 1936, iniciou a carreira de professor na antiga Universidade do Distrito Federal, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro ministrando aulas de História do Brasil. Atuou ainda como professor no exterior ministrando cursos de História Econômica do Brasil na Universidade de Montevideu, 1938; curso na Sorbonne, em Paris, sobre cultura brasileira, em 1939 e cursos de literatura na Faculdade de Letras da Universidade de Buenos Aires, em 1944. Em 1946, foi nomeado professor de História do Brasil do Instituto Rio Branco, Instituto este responsável pela formação e aperfeiçoamento profissional dos diplomatas de carreira do governo brasileiro. Foi catedrático de Direito Constitucional na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e na Universidade do Brasil. Foi nomeado, pelo presidente José Sarney, presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (denominada Comissão Afonso Arinos), criada pelo decreto n. 91.450 de 18.7.85, com o objetivo de preparar um anteprojeto que deveria servir de texto básico para a elaboração da constituição de 1988. E, em, 1986, aos 81 anos, elegeu-se senador pelo

Partido da Frente Liberal. Foi membro do Instituto dos advogados Brasileiros, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, membro do conselho federal de cultura (nomeado em 1967, em sua criação, e reconduzido em 1973). Faleceu em pleno exercício do mandato de senador, em 1990. Á época, encontrava-se filiado Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), por defender este, em seu programa partidário, a implantação do parlamentarismo no país.

¹² Nasceu em Salvador (BA) em 1905. Iniciou sua vida profissional em 1921, ano em que ingressou na Universidade Federal da Bahia onde graduou-se em Direito em 1925. Antes de ingressar na advocacia trabalhou em jornais como *A Imprensa*, *O Imparcial*, e *A Tarde* e uma vez causídico trabalhou ao lado de Luís Viana Filho. Com a Revolução de 1930 aproximou-se de Juracy Magalhães e posteriormente foi diretor (1933-1935) de *O Estado da Bahia*. Sob a liderança de Juracy Magalhães ingressou no PSD (partido homônimo ao surgido em 1945) e foi eleito deputado estadual pela Bahia no ano de 1934 e ajudou a elaborar a Constituição estadual tendo o mandato extinto em 1937 pelo Estado Novo e durante a Segunda Guerra Mundial foi professor da Universidade Federal da Bahia. Com a queda de Getúlio Vargas em 1945 e a convocação de eleições ingressou na UDN foi eleito deputado federal e participou da elaboração da Constituição de 1946. Reeleito em 1950 e 1954, foi secretário-geral do partido e integrante da chamada *Banda de música da UDN*; suplente de deputado federal após as eleições de 1958, foi nomeado Secretário de Fazenda no ano seguinte por Juracy Magalhães que se elegera governador da Bahia. Transferindo seu domicílio eleitoral á Guanabara foi eleito deputado estadual constituinte em 1960 e deputado federal em 1962. Com a instauração do regime militar de 1964, Baleeiro criticou com veemência as cassações empreendidas pelo primeiro Ato Institucional, embora tenha votado em Humberto Castelo Branco na eleição presidencial indireta de 1964.

¹³ Nasceu em São Luiz Gonzaga (RS) em 1909. Formou-se na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Foi promotor público em Santo Antônio da Patrulha, consultor jurídico do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul e promotor em Porto Alegre. Foi promotor público em Santo Antônio da Patrulha, consultor jurídico do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul e promotor em Porto Alegre. Foi eleito deputado estadual pela União Democrática Nacional, para a 38ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul de 1947 a 1951. Depois foi eleito senador consecutivamente em três legislaturas, de 1955 a 1978. Foi um dos principais nomes da União Democrática Nacional, depois do Golpe Militar de 1964, migrou para a Aliança Renovadora Nacional, da qual foi o primeiro presidente. Liderou o grupo de senadores da Arena, o partido da situação, que discordaram enfaticamente do Ato Institucional número 5 adotado pelo presidente Costa e Silva, tendo organizado um manifesto de discordância assinado por diversos senadores. Com o anúncio da medida retirou-se da presidência do partido, que passou para Filinto Muller.

¹⁴ Nasceu em Curvelas (MG) em 1904. Bacharelou-se pela Faculdade Nacional de Direito, atual Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi membro da UDN e forte opositor da Era Vargas. Foi deputado federal líder da bancada da oposição, presidente da Câmara dos deputados e ministro do Supremo Tribunal Federal. Foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros (1943), que ajudou a elaborar.

¹⁵ Nascido em São José do Campestre (RN) em 1908, filho de Nestor Marinho e Amélia Aranha Marinho. Ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco em 1928 e ainda como estudante foi promotor público adjunto nos municípios potiguares de Ceará-Mirim e Macaíba graduando-se em 1932. Nomeado funcionário do Tribunal Regional Eleitoral em 1933 foi ainda consultor jurídico da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Natal, procurador da Fazenda Nacional e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Estreou na política em outubro de 1934 ao eleger-se deputado estadual pelo Rio Grande do Norte, entretanto seu mandato foi extinto quando Getúlio Vargas implantou o Estado Novo em 1937. De volta à advocacia trabalhou para a *Panair do Brasil* durante a Segunda Guerra Mundial. Com o fim do conflito e a subsequente redemocratização do país após a queda de Getúlio Vargas, filiou-se à UDN e foi eleito primeiro suplente de deputado federal em 1945 e deputado estadual pelo Rio Grande do Norte em 1947.

Novamente suplente de deputado federal em 1950, chegou a exercer o mandato por meio de convocação e foi eleito para a Câmara dos Deputados em 1954 e 1958. Derrotado por Aluizio Alves na disputa pelo governo potiguar em 1960, conquistou um novo mandato em 1962 e filiou-se à ARENA quando o Regime Militar de 1964 impôs obipartidarismo por meio do Ato Institucional Número Dois reelegendo-se em 1966. Contrário ao pedido ao governo militar para processar o deputado Márcio Moreira Alves junto ao Supremo Tribunal Federal, renunciou à presidência da Comissão de Constituição e Justiça em dezembro de 1968, quando declarou inspirado em Calderon de La Barca: “Ao rei tudo, menos a honra”. Dias depois, o presidente Costa e Silva baixou o AI-5 e iniciou o fechamento do regime. Foi eleito reeleito deputado federal em 1970. Em 1974 foi candidato a senador pela ARENA num pleito onde a vitória coube ao candidato do MDB, Agenor Maria. Ao despedir-se do parlamento após cinco mandatos consecutivos trabalhou no escritório de advocacia de Dario de Almeida Magalhães e na Fundação Milton Campos, órgão arenista. Eleito deputado federal em 1978 posicionou-se a favor da Lei da Anistia e ingressou no PDS com a reforma partidária do governo João Figueiredo. Seu último ato político foi à candidatura à presidência da Câmara dos Deputados em 1981 numa dissidência apoiada por parlamentares de oposição sendo derrotado por Nelson Marchezan. Faleceu em Natal vítima de edema pulmonar.

¹⁶ Nasceu em Areia, hoje Ubaíra (BA) em 1915. Ingressou em 1934 na Faculdade de Direito da Bahia, onde se formou. Ocupou interinamente, em 1942, o cargo de consultor jurídico do Departamento de Serviço Público da Bahia, passando, em seguida, a dedicar-se ao magistério. Findo o Estado Novo, foi eleito, em janeiro de 1947, deputado à Assembléia Constituinte da Bahia na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Deixou a Assembléia em 1951, a ela retornando eleito em outubro de 1954, pela legenda do Partido Liberal (PL). Após a posse de Juracy Magalhães no governo da Bahia, em 1959, Josaphat Marinho foi nomeado, em abril, secretário do Interior e Justiça do Estado. Ocupou o cargo até 1960, quando foi designado secretário da Fazenda. Exerceu essa função até março de 1961, quando foi nomeado pelo Presidente Jânio Quadros para a presidência do Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Com a renúncia do presidente, em 25 de agosto de 1961, pediu demissão do cargo, que não foi aceita imediatamente. Permaneceu na presidência do CNP até dezembro daquele ano. Retornou, então, à Bahia, assumindo novamente a Secretaria da Fazenda até dezembro de 1962. No pleito de outubro de 1962, elegeu-se para o Senado Federal pela Bahia. Concluído seu mandato em 1971, Josaphat afastou-se da vida pública, voltando a se dedicar à advocacia e ao magistério superior como professor de direito constitucional da Universidade de Brasília (UNB). Em dezembro de 1979, no contexto da reformulação partidária posterior à extinção do bipartidarismo, assinalou, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, que, após oito anos de afastamento, voltava à vida pública para “dar uma contribuição ao processo de formação de novos partidos”. Exerceu então seu segundo mandato de senador da República, durante o qual foi relator-geral do novo Código Civil Brasileiro, aprovado no Senado depois de 22 anos de transição no Congresso Nacional. Josaphat Marinho foi membro do Instituto dos Advogados da Bahia, do Instituto Baiano de Direito do Trabalho e da Academia Baiana de Letras.

¹⁷ Nasceu em Itajaí (SC) em 1925. Bacharelou-se em Museologia do Museu Histórico Nacional e também bacharelou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Foi deputado à Câmara dos Deputados por Santa Catarina na 40ª legislatura (1955-1959), senador (1963-1975), vice-governador (1991-1995) e governador “biônico” de Santa Catarina (1975-1979). Em 1979, foi sucedido pelo seu primo Jorge Bornhausen no governo de Santa Catarina. É membro da Academia Catarinense de Letras, empossado na cadeira 22 em 30 de Março de 1983.

¹⁸ Nasceu em Lille, norte da França em 1980. General, político e estadista francês que liderou as Forças Francesas Livres durante a Segunda Guerra Mundial. Veterano da Primeira Guerra Mundial, nos anos 1920 e 1930 de Gaulle destacou-se como um proponente da guerra de blindados e defensor da aviação militar, que ele considerava um meio para romper o impasse da guerra de trincheira. Durante a Segunda Guerra Mundial, foi promovido ao posto temporário de brigadeiro, liderando um dos poucos contra-ataques de blindados bem sucedidos, antes da queda da França, em 1940. Em seguida, serviu por pouco tempo ao governo francês, antes do início da ocupação alemã, e logo

refugiou-se na Inglaterra, de onde proferiu um famoso discurso, transmitido pelo rádio, em junho de 1940, no qual exortava o povo francês a resistir à Alemanha nazista e organizando as forças francesas livres com oficiais franceses exilados no Reino Unido. Durante a Segunda Guerra Mundial rivalizou com o general Henri Giraud na liderança das forças militares e da Resistência francesa. Ao passo que o general Giraud tinha o apoio de Roosevelt e dos Estados Unidos, De Gaulle foi preferido pelos setores de esquerda da Resistência, que preferiam a postura mais antiamericana de De Gaulle, mesmo durante a guerra. Gradualmente, obteve o controle de todas as colônias francesas - a maioria das quais tinham sido inicialmente controlada pelo regime pró-alemão de Vichy. À época da libertação da França, em 1944, de Gaulle dirigia um governo no exílio - a França Livre - insistindo que a França deveria ser tratada como uma potência independente pelos outros aliados. Após a libertação, tornou-se primeiro-ministro do Governo Provisório Francês, renunciando em 1946 devido a conflitos políticos. Mais tarde, fundou a Quinta República Francesa em 1958 e foi seu primeiro presidente, de 1959 a 1969.

¹⁹ Ato Institucional nº 5, decretado em 13 de dezembro de 1968.

²⁰ Nasceu em Uberlândia (MG) em 1919. Bacharelou-se em Direito pela UFMG. Foi Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, na Gestão Arthur da Costa e Silva e Governador de Minas Gerais, de 15 de março de 1971 a 15 de março de 1975, tendo sido eleito de forma indireta, conforme a Constituição de 1967/1969 e o AI-2. Foi o responsável pela profunda transformação gerada no estado com a implantação da Fiat Automóveis S.A. na década de 70. Foi presidente da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) que, com o MDB, era um dos dois únicos partidos existentes durante a Ditadura Militar. Rondon Pacheco vive em Uberlândia, e em 2011 ocupava o cargo de conselheiro do BDMG - Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais.

²¹ O Conselho de Defesa Nacional foi instituído pelo Decreto nº. 17.999 de 29 de novembro de 1927 e organizado pelo Decreto nº. 23.873 de 15 de fevereiro de 1934. Foi presidido pelo Presidente da República e composto por vários ministros, o Chefe do Estado Maior do Exército, o Chefe do Estado Maior da Marinha e, em tempo de guerra, por generais e almirantes de determinados comandos. Teve como órgãos complementares a Comissão Nacional de Estudos de Defesa, a Secretaria-Geral da Defesa Nacional e setores da defesa nacional em cada ministério do governo. O papel do Conselho foi reafirmado com a promulgação da Constituição de 1934. Na parte dedicada à segurança nacional (artigo 162), o Conselho de Defesa Nacional foi renomeado Conselho de Segurança Nacional (CSN); o decreto-lei nº. 900, de 29 de setembro de 1969, alterou algumas disposições do Decreto-Lei nº. 200 e o Conselho de Segurança Nacional se tornou o "conselho de mais alto nível de assessoramento ao presidente da República, na formulação e execução da política de segurança nacional". Em setembro de 1980, um decreto presidencial estabeleceu o regimento interno da CSN. A nova Constituição, ratificada em 1988, renomeou o Conselho de Segurança Nacional para Conselho de Defesa Nacional.

²² Nasceu em Recife (PE) em 1938. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Caruaru em 1964, passando a trabalhar como advogado. Começou sua vida pública pelo MDB, ao ser eleito deputado estadual por Pernambuco em 1966. Foi eleito deputado federal em 1970, 1974 e 1978. Em 1971, fundou - juntamente com Chico Pinto (Bahia), Alencar Furtado (Paraná), Marcos Freire (Pernambuco) e alguns outros - o grupo dos "autênticos do MDB" - parlamentares que, dentro e fora do Congresso, faziam real oposição à ditadura. Posteriormente, ao longo de sua estadia em Brasília, passaria a adotar posições mais próximas aos "moderados" do partido, sobretudo por sua aproximação com Tancredo Neves. Após o fim do bipartidarismo, ingressou no PMDB em 1980 e foi reeleito deputado federal em 1982 afastando-se do mandato para ocupar o Ministério da Justiça no início do governo José Sarney, indicado que fora por Tancredo Neves em reconhecimento ao seu papel de coordenador político na campanha do político mineiro rumo ao Planalto em 1985. Faleceu em 2013.

²³ Nasceu em Recife (PE) em 1931. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1955. Nesse período, participou ativamente da política estudantil. Iniciou-se no magistério universitário

em 1957, como professor na Faculdade de Ciências Econômicas, função que exerceria até 1968. Em 1963, tornou-se Secretário de Assuntos Jurídicos e, mais tarde, de Abastecimento e Concessões da prefeitura do Recife, permanecendo nesse cargo até o golpe militar de 31 de março de 1964, quando era filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em 1967, tornou-se professor titular da cátedra de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Em 1968 é eleito prefeito de Olinda, na legenda do MDB. Entretanto, renuncia ao cargo, pouco antes de assumi-lo - em protesto contra a cassação do mandato do vice-prefeito eleito, Renê Barbosa, pelo AI- 5. Afastado da política, passa a lecionar na Escola Superior de Relações Públicas de Recife, onde permaneceu até 1970, quando se candidatou e foi eleito deputado federal por Pernambuco, na legenda do MDB, com a maior votação do estado. Com alguns outros deputados, como Fernando Lyra (Pernambuco), Alencar Furtado (Paraná), Francisco Pinto (Bahia) e Lysâneas Maciel, formou o grupo dos "autênticos" do MDB, a ala mais à esquerda do partido de oposição.

²⁴ Nasceu em Patos de Minas (MG) em 1926. Estudou na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, onde se formou em Ciências Jurídicas e Sociais em 1951. Era considerado um dos mais brilhantes advogados do país, na área de direito trabalhista. Considerado por muitos como o mais atuante deputado federal nos anos do regime militar, membro do MDB e integrante do grupo dos chamados autênticos do partido. Após o golpe militar de 1964, atuou como advogado de presos políticos (dentre os quais figuravam amigos e membros de sua comunidade cristã), o que o aproximou gradativamente da esquerda política. Em abril de 1976, durante o governo do presidente Geisel, Lysâneas teve seu mandato cassado após ter feito, no dia 31 de março, seu pronunciamento mais forte contra a ditadura, protestando contra a cassação dos deputados gaúchos Amaury Müller e Nadyr Rossetti.

²⁵ Nasceu em Mombaça (CE) em 1927. Graduiu-se em direito pela Universidade do Distrito Federal (RJ) em 1953. Foi eleito deputado estadual no Ceará pelo PSD em 1950, 1954 e 1958. Eleito pela primeira vez para o cargo de deputado federal em 1962, foi reeleito oito vezes, sempre representando o Ceará. É filiado ao PMDB, do qual já foi presidente nacional. Foi 1º.-Secretário da Mesa diretora da Câmara dos Deputados no período de 1987 a 1989, quando em fevereiro deste último ano foi eleito presidente da Câmara dos Deputados sucedendo a Ulysses Guimarães. Como presidente da Câmara dos Deputados e substituto constitucional do presidente José Sarney, Paes de Andrade assumiu a Presidência da República por 12 vezes durante o ano de 1989.

²⁶ Nasceu em Mariana (MG) em 1901. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Minas Gerais em 1922. Foi um dos fundadores e diretor do jornal *Estado de Minas*. Apoiou a Aliança Liberal e a Revolução de 1930, elegendo-se deputado à Constituinte de 1934. Em 1937, apoiado por Getúlio Vargas, derrotou o líder mineiro Antônio Carlos na disputa pela presidência da Câmara dos Deputados, sendo portanto o primeiro substituto de Getúlio, pois não havia a figura do vice-presidente na Constituição de 1934. Foi em sua gestão que o presidente Getúlio Vargas instaurou o Estado Novo no Brasil através do golpe de 10 de novembro de 1937. Alguns anos depois, voltou-se contra Getúlio Vargas, sendo um dos signatários do Manifesto dos Mineiros, em 1943, em favor do retorno ao estado de direito. Fundador da UDN, elegeu-se deputado estadual e foi secretário de estado do Interior e Justiça no governo Milton Campos. Eleito novamente deputado federal em 1958 e 1962, pela UDN, destacou-se por fazer acirrada oposição aos governos de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Foi um dos líderes civis do golpe militar de 1964, tendo se filiado à ARENA. Entre 10 de janeiro e 30 de junho de 1966, exerceu o cargo de ministro da Educação e Cultura no governo Castello Branco. Eleito Vice-Presidente da República na chapa do marechal Arthur da Costa e Silva, pela ARENA. Em 1970 desligou-se da ARENA e tentou organizar, sem sucesso, o Partido Democrático Republicano.

²⁷ Nasceu em Mogi Mirim (SP) em 1913. Foi professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e reitor da Universidade de São Paulo por um curto período, afastando-se do cargo para se tornar Ministro da Justiça durante o Governo Costa e Silva, em 1967. Enquanto reitor da USP, elaborou a lista de nomes de professores universitários, colegas seus, que viriam a ser

processados no conhecido IPM da USP, entre os quais Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. Foi um ardoroso anticomunista.

²⁸ Nasceu na Paraíba em 1911. Militar da "linha dura", o general Jayme Portella foi um dos ministros mais poderosos do governo Costa e Silva. No discurso do deputado Márcio Moreira Alves na Câmara, acusando o Exército de tortura, viu o pretexto ideal para endurecer o regime. Usou a penetração que tinha junto às camadas mais intransigentes do oficialato para construir uma crise em torno do episódio, culminando no AI-5.

²⁹ A Junta Militar assumiu após a edição do Ato Institucional nº 12, em 1º de setembro de 1969. Era composta pelos ministros Aurélio de Lyra Tavares (Exército), Augusto Hamann Rademaker Grunewald (Marinha) e Márcio de Souza e Mello (Aeronáutica).

³⁰ Denominação jocosa feita por Ulysses Guimarães à “Junta Militar” que assume o governo após a edição do AI-12, em 1º de Setembro de 1969.

³¹ Nasceu em Cachoeira do Sul (RS) em 1913. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1946, passando a exercer a advocacia a partir do ano seguinte. Ocupou a pasta da Casa Civil no regime Médici. Foi ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidiu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Casado com a irmã do Ministro do Exército, que era o General Aurélio de Lyra Tavares. O general usava o pseudônimo “Adelita” para escrever livros de poesia.

³² Inquérito Policial Militar é a apuração sumária de fato que seja tipificado na lei como crime militar e de sua autoria. Tem o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal. Está previsto no Código de Processo Penal Militar.

³³ Movimento Democrático Brasileiro (MDB) era um partido político brasileiro que abrigou os opositores do regime autoritário de 1964-1985 ante o poderio governista da ARENA. Organizado em fins de 1965 e fundado no ano seguinte, o partido se caracterizou por sua multiplicidade ideológica graças sobretudo aos embates entre os "autênticos" e "moderados" quanto aos rumos a seguir no enfrentamento ao poder militar. Inicialmente raquítico em seu desempenho eleitoral, experimentou grande crescimento no Governo Geisel, obrigando os militares a extinguirem o bipartidarismo e assim surgiu o Partido do Movimento Democrático Brasileiro em 1980.

³⁴ Nasceu no Rio Grande do Sul (RS) em 1932. Como jornalista autodidata, ocupou cargos destacados nos principais órgãos da imprensa brasileira, especialmente na mídia impressa, como *Folha de S. Paulo*, *Gazeta Mercantil*, *Correio Brasiliense* e *Jornal do Brasil*, no qual mantém uma coluna sobre política. Também escreve regularmente para a Carta Maior, é comentarista de televisão e mantém um blog, onde escreve artigos e crônicas sobre política, economia e relações internacionais, cujo endereço na internet é maurosantayana.com Em 1964, ano do golpe militar no Brasil, colaborava com o embaixador Mário Palmério, no Paraguai, nas negociações para a implantação da hidrelétrica de Itaipu. Exilou-se, então, durante mais de dez anos, no Uruguai, no México, em Cuba, em Praga, na Checoslováquia. Trabalhou como jornalista e chefe das emissões em português da Rádio Havana, em 1966, e como comentarista político da Rádio Praga, entre 1968 e 1970. Em Bonn, na Alemanha, foi correspondente do Jornal do Brasil (1970 - 1973).

³⁵ Nasceu em 1943. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Associou-se ao Dr. José Rubens Machado de Campos na “Ferreira e Campos Advogados” até a fundação da “Manuel Alceu Affonso Ferreira Advogados”, da qual é sócio- titular. Representando a Seccional Paulista, compôs os Conselhos Federal e Estadual (2 mandatos) da Ordem dos Advogados do Brasil; integrou, também, o Conselho Diretor da Associação dos Advogados de São Paulo – AASP. Foi Professor-Assistente de Direito Processual Civil da PUC-SP, Secretário de Estado da Justiça (1991/1993), Juiz Titular do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (2 mandatos), e

membro-suplente do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Senado Federal. Representando a Ordem dos Advogados do Brasil, participou das Comissões de Concurso para ingresso na Magistratura Estadual, na Magistratura Federal e no Ministério Público de São Paulo. É membro da Academia Paulista de Direito, do Instituto Brasileiro de Direito Público - IBDP, do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral – IBDE, do Instituto de Defesa do Direito de Defesa – IDDD e do Instituto Pro Bono. Pertence ao Conselho Deliberativo do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP, ao Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP e ao Centro de Estudos Estratégicos e Avançados do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP. É titular dos colares “Mérito Judiciário”, do Tribunal de Justiça de São Paulo e “Ministro Pedro Lessa”, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. É autor de diversos artigos, estudos e prefácios, além de co-autor de várias obras.

³⁶ Nasceu em Campinas em 1862. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1883; iniciou sua colaboração assinada em *A Província de São Paulo*, em janeiro de 1885, ao redigir comentários. Em 1891, assumiu a direção do jornal. Envolveu-se em política, aderindo ao movimento republicano no Brasil. A trajetória política deu início quando foi eleito vereador em Campinas, seguido pelo cargo de secretário do primeiro governo provisório republicano de São Paulo. Foi deputado à Constituinte paulista, senador estadual e deputado federal.. Em 1902, Júlio Mesquita, redator desde 1885 e genro de José Alves de Cerqueira César, um dos 16 fundadores, torna-se o único proprietário do diário, e empreendeu uma revolução editorial, tornando-o o primeiro grande jornal desvinculado de partidos, seguindo os passos da grande imprensa norte-americana. Foi um advogado, político e jornalista brasileiro, proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*.

³⁷ Nascido em São Paulo (SP) em 1922, filho do também jornalista Júlio de Mesquita Filho, foi diretor responsável d'*O Estado de S. Paulo*. Formado na turma de 1946 da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Mesquita Neto ingressou no jornal da sua família no mesmo ano. Em 1969, com a morte do pai, assume a direção do "Estado", período no qual o diário sofreu censura da ditadura militar. Junto ao irmão Ruy Mesquita, então diretor do *Jornal da Tarde*, resolveu publicar, no lugar das matérias vetadas pelos censores, trechos de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões. Recebeu em 1974 a Pena de Ouro da Liberdade, concedido pela Federação Internacional dos Editores de Jornais, em reconhecimento à sua luta contra o regime militar. Em 1982, repetindo o gesto do pai, que em 1945 subira ao palanque na campanha de Luís Carlos Prestes, Mesquita Neto coloca-se ao lado do líder metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, então candidato ao governo do estado de São Paulo. Durante seu período à frente do jornal, o "Estado" saiu da sua sede na rua Major Quedinho para o novo prédio na Marginal Tietê. Essa época também marcou a renhida concorrência com o jornal Folha de S. Paulo, que começou a se destacar ao final da década de 1970. Com sua morte em 1996, seu irmão Ruy assumiu a direção de *O Estado de São Paulo*.

³⁸ Nascido em São Paulo (SP) em 1925, filho do jornalista Júlio de Mesquita Filho, Ruy Mesquita cursou a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, mas acabou trocando os estudos jurídicos pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Passou a trabalhar no jornal *O Estado de S. Paulo* em 1948 e tornou-se editor da seção internacional. Ao cabo da Revolução Cubana, foi o único jornalista brasileiro a entrevistar Fidel Castro. Em 1966, assumiu a direção do recém-criado *Jornal da Tarde*, diário que revolucionou a linguagem do jornalismo brasileiro. Após a morte de seu irmão Julio de Mesquita Neto, em 1996, assumiu a direção do *Estadão*. Faleceu em 2013.

³⁹ Nasceu em Cuiabá (MT) em 1917. Mudou-se para Minas Gerais, na cidade de Guaxupé, onde foi estudar Filosofia e Teologia num seminário católico. Deixou o seminário em 1937, às vésperas de sua ordenação, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde, inicialmente, prestou concurso para escriturário do serviço público, neste concurso foi reprovado por não saber datilografar; também tentou o concurso para inspetor de ensino, mas novamente teve de desistir - desta vez porque os diplomas do seminário não foram reconhecidos. Ingressou no serviço diplomático em 1939, trabalhando como diplomata nos EUA. Fez pós-graduação em Economia pela Universidade George Washington, e iniciou uma tese

de doutorado (PhD) na Universidade de Columbia de Nova York, a qual não chegou a concluir. Apoiou, em 1964, o golpe militar no Brasil, e tornou-se ministro do Planejamento no governo Castelo Branco. Como ministro, juntamente com o colega Octávio Bulhões do Ministério da Fazenda, modernizou a economia e o estado brasileiro através de diversas reformas e controlou a inflação. No Governo Castelo Branco, Roberto Campos participou do grupo que criou: o Banco Nacional da Habitação (BNH), o salário-educação, o cruzeiro novo, a indexação de preços na economia brasileira através correção monetária pelas ORTNs, Obrigações reajustáveis do tesouro nacional. Elaborou e executou uma reforma fiscal através do novo Código tributário nacional, em 1966. Liberalizou a lei de remessas de lucros, lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964.

⁴⁰ José Fogaça nasceu em Porto Alegre (RS) em 1947. Graduiu-se em Direito pela PUC-RS. Atuou como professor de Literatura em curso pré-vestibular e, durante algum tempo, foi professor de direito constitucional nas Faculdades Rio-Grandenses (FARGS). Foi apresentador de televisão e rádio. Na televisão, apresentou, a partir de 1974, o programa Portovisão, da TV Difusora de Porto Alegre. Na Rádio Continental, de 1974 a 1976, apresentou o programa Opinião Jovem, ao lado do professor Clóvis Duarte. Foi também articulista do jornal *Zero Hora*, do grupo RBS. Em 1972, foi comentarista político na Rádio Jovem Pan em São Paulo. José Fogaça iniciou sua vida política pelo MDB, sendo eleito deputado estadual em 1978, obtendo mandato dedeputado federal em 1982. Coordenador da campanha das Diretas Já em 1984, foi candidato a vice-prefeito na chapa liderada por Francisco Machado Carrion Júnior. Em 1986, foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul. Na Constituinte, defendeu a adoção do parlamentarismo e foi um dos responsáveis pela elaboração do texto final da Constituição de 1988. Também atuou como relator dos projetos do Código Civil, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da emenda constitucional que criou os juizados especiais. Em 1990, foi lançado como candidato do PMDB à sucessão do governador Pedro Simon, àquela altura já substituído por Sinval Guazzelli mas ficou apenas em 3º. lugar. Reeleito senador em 1994, entrou em colisão com decisões do partido em nível nacional, e em 2001 acompanhou o ex-governador Antônio Britto ao deixar o PMDB e ingressar no PPS, pelo qual tentou obter um terceiro mandato como senador, no ano seguinte. Não tendo sido reeleito, abandonou temporariamente a vida política.

⁴¹ Nasceu em Cratéis (CE) em 1918. Entre 1938 e 1940, cursou a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, formando-se, posteriormente, em Agronomia. Militante do PSD desde 1946, membro do diretório regional do Ceará, elegeu-se deputado estadual em outubro de 1954, e deputado federal em outubro de 1958. Reeleito em 1962, foi nomeado para o Ministério da Viação e Obras Públicas em junho de 1963. Licenciou-se então da Câmara dos Deputados para integrar o segundo gabinete ministerial presidencialista do governo João Goulart. Foi ministro da Viação e Obras Públicas, de 21 de junho de 1963 a 31 de março de 1964. Foi deputado estadual pelo Ceará em 1954 e deputado federal em 1958 e 1962. Após o golpe militar de 31 de março de 1964, foi afastado da pasta, retornando à Câmara. Em 13 de junho, teve seu mandato parlamentar cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos com base no Ato Institucional nº 1, editado em 9 de abril de 1964. Exilou-se em Paris, onde permaneceu por 11 meses; voltou à política graças à anistia decretada em 28 de agosto de 1979, e com a extinção do bipartidarismo, em novembro, foi um dos fundadores do Partido Popular (PP), no Ceará, um ano depois. Em fevereiro de 1982, quando o PP incorporou-se ao PMDB, filiou-se a esta agremiação. No pleito de novembro de 1986 disputou uma vaga de deputado federal constituinte pela legenda do PMDB. Eleito, tomou posse e ajudou a organizar e liderar o Centro Democrático — chamado Centrão —, constituído por 178 parlamentares conservadores, favoráveis a uma Constituição mais liberal e menos estatizante. Com a promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988, deu continuidade ao seu mandato ordinário na Câmara dos Deputados, onde permaneceu até o final da legislatura, em janeiro de 1991, sem ter concorrido à reeleição. Abandonando a carreira política, dedicou-se a atividades empresariais.

⁴² Nasceu em Santos (SP). Graduiu-se em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), Pós-Graduação em Direito Econômico e Financeiro, (USP), São Paulo, 1970; Mestrado em Direito Comercial, USP, São Paulo, 1972. Foi deputado federal cassado durante a Ditadura militar e presidente nacional do PTB. Após a Anistia, voltou à Câmara dos Deputados, onde apresentou

projetos de relevância. Foi dono de um grupo de comunicação na Baixada Santista, o Grupo Mar Comunicação: uma rede de televisão, afiliada da Rede Record, a TV Mar, e uma emissora de rádio FM, a Rádio Aleluia, arrendada para a Igreja Universal. Outras duas emissoras que faziam parte do grupo também, a Jovem Pan FM e a 95 FM, foram vendidas em 1995 para o empresário luso-brasileiro Armênio Mendes. A carreira de advogado teve início em Santos no escritório do Dr. Tenison de Oliveira Ribeiro, pai de Francisco Prado de Oliveira Ribeiro e do Dr. Luis Antônio de Oliveira Ribeiro, desembargador aposentado. Na época da ditadura, o escritório conquistou causas importantes tornando-se uma referência nacional na luta pelos direitos dos dirigentes sindicais. Righi conquistou com isso enorme carteira de clientes, dentre os quais Jânio Quadros, que o incentivou a ingressar na vida política. Ao lado de Esmeraldo Tarquínio, lançou-se como candidato a deputado federal, elegendo-se pelo então MDB. Mantém-se longe da mídia, mas é até hoje um dos nomes mais influentes do cenário político nacional e um dos caciques do PTB. Amigo pessoal do ex-deputado federal Roberto Jefferson, Righi integrou com Jefferson a "*tropa de choque*" que defendia o então presidente Fernando Collor de Mello e se absteve na votação da Câmara dos Deputados que determinou o afastamento do então presidente. Em 12 de dezembro de 1968 foi instituído o AI-5 pelo marechal Costa e Silva determinando o fechamento do Congresso Nacional. Por pertencer ao MDB, partido de oposição à situação representada pelo Arena, Righi foi cassado ao lado de Mário Covas, Esmeraldo Tarquínio, Francisco Prado e muitos outros. De 1969 até 1982, morou em São Paulo e lecionou na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. No início da década de 1980, a abertura política permitiu o surgimento de partidos políticos e Righi participou da refundação do Partido Trabalhista Brasileiro.

⁴³ Nasceu em Belo Horizonte (MG) em 1935. Formou-se em Direito pela Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Iniciou sua carreira de administrador e polícticotrabalhando com seu tio, Tancredo Neves na Secretaria de Finanças de Minas Gerais em 1959. Durante o período de Tancredo como primeiro-ministro do país, foi seu secretário particular. Especializou-se em finanças públicas e tributação com cursos no exterior. Foi Secretário da Receita Federal em 1979. Em 1985, tornou-se Ministro da Fazenda, escolhido pelo presidente eleito indiretamente Tancredo Neves e mantido por José Sarney. Elegeram-se deputado federal pela primeira vez em 1986, sendo reeleito por mais quatro vezes seguidas. Disputou a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em 1992, obtendo o 7o.lugar. Foi também Ministro da Indústria e Comércio e ministro do Trabalho no Governo FHC. Em 2006, foi eleito senador da República pelo Estado do Rio de Janeiro. Entre 2007 e 2013, presidiu o PP, sigla que a que pertence desde 2003, e hoje é presidente de honra. Transmitiu a Presidência do partido ao também senador Ciro Nogueira ¹ Antes foi filiado ao PFL (1987-1993); PDS (1993); PPR (1993-1995) e PPB (1995-2003). É sobrinho do político Ernesto Dornelles no lado paterno e do político Tancredo Neves no lado materno.

⁴⁴ Trata-se do General Leônidas Pires Gonçalves.

⁴⁵ Para uma visão oposta, cf. "A transição é um imenso pastiche", entrevista com Guillermo O'Donnell, na revista *Senhor*, em 18/08/1987.

⁴⁶ Escrita pela jornalista Regina Echeverria, foi publicada pela editora Leya em 2011.

⁴⁷ Empresário, considerado um dos donos da construtora Mendes Júnior. A Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A. é uma empresa brasileira, fundada em Belo Horizonte, Minas Gerais, que atua desde 1953 no mercado de construção pesada no Brasil e no exterior, desenvolvendo projetos nos segmentos: dutos, edificações, eletromecânica, energia, hidrelétricas, indústrias, infra-estrutura, manutenção industrial, petróleo e gás – "onshore", plataformas "offshore", transportes/construções viárias, portos e aeroportos.

⁴⁸ Nascido em Teresina (PI) em 1920, foi um jornalista e escritor brasileiro, foi membro da Academia Brasileira de Letras e da Academia Piauiense de Letras. A coluna que manteve por décadas no *Jornal*

do Brasil é um marco do jornalismo político. Castelinho, como era chamado, formou-se em Direito em Minas Gerais (1943), mas toda sua vida foi dedicada ao jornalismo. Começou nos *Diários Associados* em 1939 e, depois de exercer cargos de chefia, resolveu dedicar-se à reportagem política, inicialmente no *O Jornal* (1949), depois no *Diário Carioca* e, a seguir, na revista *O Cruzeiro*. Iniciou-se na literatura com *Continhos Brasileiros* (1952). Foi secretário de imprensa no curto governo de Jânio Quadros (1961). Com a renúncia de Jânio, assumiu a chefia da sucursal do *Jornal do Brasil* em Brasília (1962 a 1972). Ali nascia a Coluna do Castello, lida, apreciada e temida pelos políticos, por ser um profundo conhecedor dos bastidores do poder e um intérprete arguto da realidade política. Manteve esta coluna até o fim de sua vida. Convidado pelos jornalistas Armando Rollemberg, Hélio Doyle e Carlos Marchi, aceita ser candidato a presidente do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, então dominado por um grupo simpático ao regime militar. Sua chapa derrotou a aquela encabeçada por Arnaldo Ramos, que concorria à reeleição (1976). Na direção do sindicato, Castelo enfrentava constantemente os militares, mas o fez com diplomacia, procurando não criar atritos. Dessa forma, conseguiu contornar até uma ameaça de intervenção, que ocorreria caso realizasse uma reunião da Intersindical (precursora das centrais sindicais) na sede do sindicato. Castello despistou a polícia ao transferir a reunião para um clube. Após o AI-5, não escapou da prisão e de prestar depoimentos no DOPS. Mas, mesmo com todos esses percalços, cumpriu seu mandato até o fim, em 1981. Em sua homenagem, o auditório do sindicato leva seu nome. Por sua luta pela liberdade de imprensa, ganhou vários prêmios internacionais, como o Maria Moors Cabot, da Universidade americana de Columbia e o Prêmio Mergenthaler, bem como o Premio Nereu Ramos da Universidade de Santa Catarina. Membro da Academia Piauiense de Letras, do Pen Clube do Brasil e da Associação Nacional de Escritores. Foi casado com Élvia Lordello Castrelo Branco, depois nomeada ministra do Tribunal de Contas da União. Faleceu em 1993.